



Isabelly Regina Gomes Alves

Do mar à estrada de chão: impactos socioambientais do aterramento da Ilha do Pinheiro

Rio de Janeiro

2024

Isabelly Regina Gomes Alves

Do mar à estrada de chão: impactos socioambientais do aterramento da Ilha do Pinheiro

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Biotecnologia.

Orientadora: Renata Reis

Coorientadora: Simone Ribeiro

Rio de Janeiro

2024

Isabelly Regina Gomes Alves

Do mar à estrada de chão: impactos socioambientais do aterramento da Ilha do Pinheiro

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Aprovado em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Renata Reis
EPSJV/FIOCRUZ

Simone Ribeiro
EPSJV/FIOCRUZ

Flavio Henrique Marcolino da Paixão
EPSJV/FIOCRUZ

Danielle Cerri
EPSJV/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2024

*Dedico este projeto aos futuros
jovens que seguirão meus passos: que
a curiosidade seja sua guia e a
honestidade, seu norte. Não desistam,
pois sua força é maior do que
imaginam.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) pelo apoio institucional. Agradeço a cada profissional, professores, tios do apoio, a direção, a equipe de limpeza, equipe da bandeirão pelo carinho e atenção. Agradeço às minhas orientadoras Renata e Simone, com quem compartilhei ideias e construções, agradeço pela paciência, apoio, carinho, os puxões de orelha e pelo chá de camomila. Agradeço aos meus pais pelo apoio, onde estiveram comigo durante todos os meus surtos e alegrias, agradeço a cada café feito, pelas minhas roupas limpas e a cada ida ao ponto de ônibus, pela compreensão e por me aturarem falar sobre meu tema enquanto tentavam assistir televisão. Agradeço a equipe do biotério Sr. Ubirajara, Alan e Suelen pela compreensão, e o apoio na escrita do projeto, obrigado pelo espaço para a escrita e para mais aprendizados. Agradeço as 5 meninas com quem dividi discussões, almoços, cafés, trabalhos, dividimos experiências incríveis. Agradeço a Deus que construiu meus caminhos e me enviou essas pessoas, que foram extremamente importantes para meu desenvolvimento pessoal e profissional, com quem aprendi e ensinei ao longo destes 3 anos e meio. Agradeço a Nossa Senhora pelo cuidado e proteção, onde me guiou nos caminhos que seu filho projetou. Desejo a cada um, o dobro de amor e carinho que me deram.

*“[...]O estudo da
natureza mostrará a
vocês quão cheio de
coisas belas e
maravilhosas
Deus fez o mundo
para o nosso deleite.
Fiquem contentes com
o que possuem e tirem
disso o melhor
proveito. Vejam o lado
bom das coisas em vez
do lado pior.[...]”
Robert Baden-Powell
(B.P.)*

RESUMO

A Ilha do Pinheiro, localizada na Baía de Guanabara, tem sua história atrelada à Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em função do isolamento geográfico, o espaço funcionou como centro de pesquisas hidrobiológicas e com primatas não humanos da instituição entre as décadas de 30 e 40. A ilha foi uma das últimas a passar pelo processo de aterramento na década de 80 devido ao projeto de urbanização do complexo da Maré. Tal projeto, conhecido como Projeto Rio, além de criar grandes conjuntos habitacionais, promoveu a ligação da Ilha do Pinheiro à Avenida Brasil, conservando uma parte de seu bioma natural e dando origem ao atual Parque Municipal Ecológico Cadu Barcellos ou, simplesmente, Parque Ecológico da Maré. Este trabalho possibilita dar visibilidade à história dos aterramentos na região— do mar à estrada de chão – e à criação do Parque, fundamental para a promoção da saúde – humana e ambiental – no território da Maré. Este projeto tem como objetivo compreender os impactos socioambientais, que foram causados pelo aterramento da Ilha do Pinheiro, na Baía de Guanabara e da região da Avenida Brasil, próxima à Fiocruz. Para além, visa dar visibilidade ao território da Maré, especialmente da Vila do Pinheiro, por vezes invisibilizado e traçar um panorama histórico do processo de aterramento da região. Para o desenvolvimento deste projeto será feito um levantamento bibliográfico e documental nos acervos virtuais da Biblioteca Nacional, Arquivo Nacional, e Arquivos da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Também foi realizada a busca por artigos nos bancos de dados Scielo e Periódicos CAPES, utilizando os termos “Ilha do Pinheiro”, “Baía de Guanabara” e “aterramento” como forma de refinar a busca. A fotografia será utilizada como objeto de análise e a busca por este recurso se dará através do Portal imagine.Rio, um atlas digital sobre a evolução social e urbana da cidade do Rio de Janeiro.

Palavras chaves: Baía de Guanabara; Aterramento; Impactos socioambientais; Maré; Urbanização.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – O maior cortiço da cidade do Rio de Janeiro: Cabeça de Porco.....	11
Figura 2 – As ilhas da micro-baía de Inhaúma foram unidas para formar a Cidade Universitária.	12
Figura 3 – Bonde virado na Praça da República, no Rio de Janeiro, durante a Revolta da Vacina em novembro de 1904.	17
Figura 4 – Vista do Morro do Senado antes de demolido.	19
Figura 5 – Morro de Santo Antônio visto da praça Tiradentes.	19
Figura 6 – Demolição do Morro do Castelo.....	21
Figura 7 – Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1913.....	23
Figura 8 – Mapa do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio.....	24
Figura 9 – Vista de Manguinhos-no meio da vegetação a casinha em que foi instalado o segundo laboratório para organização do Instituto Soroterápico em 1900.....	25
Figura 10 – Reportagem sobre macacos na Ilha dos Pinheiros	26
Figura 11 – A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré.	28
Figura 12 – Parque Ecológico da Maré.....	29

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	10
1.1. OBJETIVOS	13
1.1.1. OBJETIVO GERAL	13
1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS	13
2. METODOLOGIA	15
3. CAPÍTULO 1	16
4. CAPÍTULO 2	21
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	26
REFERÊNCIAS	27

1. INTRODUÇÃO

Este projeto foi escrito com a intenção de analisar as consequências das ações governamentais nas transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro e responder a algumas questões iniciais: Por que a Baía de Guanabara é tão poluída? Por que a Avenida Brasil tem tantas enchentes?

Durante o levantamento bibliográfico preliminar, foi possível identificar diversos casos de aterramentos realizados em municípios do Estado do Rio de Janeiro, como descreve o livro de Maurício de Abreu, “Evolução Urbana do Rio de Janeiro” (1987) que despertou um sentimento de crítica, tirando da zona de conforto. Outras pesquisas exploratórias, despertaram ainda mais a curiosidade, levando a buscar e analisar os discursos governamentais na história e o modo que a população era tratada.

Nesta pesquisa pretende-se abordar o termo “socioambiental” que se refere à interação entre os problemas sociais e o meio ambiente e compreender como as políticas governamentais foram responsáveis por ações que afetaram e continuam afetando o meio ambiente.

O primeiro capítulo desta monografia, apresenta uma descrição histórica das mudanças urbanas e as remoções na cidade do Rio de Janeiro. Francisco de Paula Rodrigues Alves, desde o seu mandato como Deputado Federal em 1885, liderou e autorizou diversas remoções de cortiços. O principal deles, o Cabeça de Porco (figura 1), que ficava localizado no centro comercial da Capital Federal.



Figura 1: O maior cortiço da cidade do Rio de Janeiro: Cabeça de Porco. 2014. Meirelles. Disponível em: <http://heloisahmeirelles.blogspot.com/2014/11/o-maior-cortiço-da-cidade-do-rio-de.html> >

Sua demolição ocasionou que diversas pessoas ficassem sem moradia. Já como Presidente da República, em 1902, Rodrigues Alves indicou Pereira Passos à prefeitura da cidade. Passos liderou a Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro que teve papel essencial para a demolição dos cortiços e de morros. A Comissão de Melhoramentos foi um movimento composto por engenheiros, presidida por Francisco Pereira Passos, que visava a higienização da cidade, através da demolição de morros e aterramento de lagoas e mangues.

Da mesma forma, duas décadas depois, o então prefeito Carlos Sampaio, teve sua gestão marcada pela demolição do morro do Castelo. Ambos os mandatos enfatizaram o discurso de higienização e modernização da cidade.

O segundo capítulo desta monografia, descreve como as mudanças urbanas da cidade impactaram na vida das populações que viviam nas áreas centrais, ocasionando o abandono e a busca por moradia em lugares periféricos, onde os custos seriam mais baixos.

Muitos se abrigaram nas encostas dos morros da cidade e na costa da Baía de Guanabara, como por exemplo, o atual Complexo da Maré. São muitas histórias que compõem esse território.

Uma peculiaridade é que, um dos bairros mais antigos, o Parque Maré de 1953, foi aterrado pela própria população, que construiu suas moradias, como palafitas e barracos.

Neste capítulo a ênfase está na antiga Ilha do Pinheiro, atual Vila do Pinheiro, que pertencia a um arquipélago com outras 4 ilhas conhecidas: Fundão, Bom Jesus e Ilha da Sapucaia, que juntas formam atualmente a Cidade Universitária (Figura 2) e a Ilha dos Ferreiros.



Figura 2: As ilhas da micro-baía de Inhaúma foram unidas para formar a Cidade Universitária. Retirada do site Agenda Bafafã. Rio Memórias. Disponível em: <<https://riomemorias.com.br/memoria/fundao-aterro-e-universidade/>>

A Ilha do Pinheiro fica localizada atualmente no Complexo da Maré. O que permaneceu de seu bioma natural é conhecido como Parque Ecológico da Maré, sendo renomeado em 2021 como Parque Municipal Ecológico Cadu Barcellos, em homenagem a um morador que nasceu e cresceu na região da Vila do Pinheiro, que costumava frequentar o Parque Ecológico. Cadu Barcellos foi um cineasta assassinado em um assalto no centro do Rio em novembro de 2020. A homenagem procurou fortalecer o lema: “cria não morre, vira lenda” (Euclides, Hélio, 2022, Editora Moura, Daniele).

1.1. OBJETIVOS

1.1.1. OBJETIVO GERAL

Analisar as consequências das ações governamentais nas transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro e os impactos socioambientais causados pelo processo histórico do aterramento da Ilha do Pinheiro, atual Vila do Pinheiro.

1.1.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- 1) Identificar aspectos históricos das reformas urbanas da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX;
- 2) Compreender os impactos destas reformas nas transformações da Baía de Guanabara, mais especificamente na Ilha do Pinheiro;
- 3) Identificar os aspectos históricos da Ilha do Pinheiro e seus impactos socioambientais.

2. METODOLOGIA

O estudo tem um caráter qualitativo e terá como procedimentos metodológicos, um levantamento bibliográfico e documental nos acervos virtuais da Arquivos da Casa de Oswaldo Cruz (COC/Fiocruz). Também foi realizada a busca por artigos nos bancos de dados Scielo e Periódicos CAPES, utilizando os termos: “Baía de Guanabara”; “Aterramento”; "Impactos socioambientais";” Maré” ; “Urbanização”; “Ilha do Pinheiro”; “Vila do Pinheiro”, como forma de refinar a busca. Algumas fotografias serão utilizadas como objeto de análise e a busca por este recurso se dará através do Portal imagine.Rio, um atlas digital sobre a evolução social e urbana da cidade do Rio de Janeiro.

A monografia é apresentada em dois capítulos:

1º: História das transformações urbanas da cidade do Rio de Janeiro, nas décadas iniciais do século XX,

2º: História da Ilha do Pinheiro (atual Vila do Pinheiro) e seus impactos socioambientais.

Diante do exposto foi criada esta questão norteadora: “Quais foram os principais impactos socioambientais causados pelos aspectos históricos do processo de aterramento na Ilha do Pinheiro?”

3. CAPÍTULO 1: De volta ao mar

O Rio de Janeiro historicamente recebeu diversas mudanças urbanas ao longo do tempo. Ainda no século XIX, o crescimento da infraestrutura da região portuária era necessário para escoar a produção agrícola do país. O Rio de Janeiro era a capital, onde ficavam situadas as fábricas e manufaturas. A classe trabalhadora era bastante diversa. Segundo Paulino (2020) essa classe era, em sua maioria composta por escravizados, libertos, descendentes dos povos originários brasileiros e imigrantes de fora do país, que começavam a chegar no Brasil.

Após a abolição, em 1888, a capital recebeu um grande contingente de afrodescendentes, que não tiveram escolha de onde ir e onde trabalhar, após migrarem das propriedades rurais. Sem habitação, foram proibidos de vagar pela cidade, sendo considerados ato de vadiagem. Viviam em habitações como cortiços, estalagens, casas de cômodo e vilas. Com o tempo, a maior parte das habitações citadas sofreu intervenções políticas, restando apenas os cortiços, que contavam com mais de 46 mil habitantes.

Até 1890, a cidade do Rio contava com um total de 518.292 habitantes, entre este número aproximadamente 12% viviam nos cortiços, sendo considerado um número elevado, considerando o aumento populacional.

Abreu (1987) afirma que as reformas urbanas tinham igualmente como objetivo a preservação da saúde pública. Para isso, morros foram demolidos, pântanos e lagos aterrados e as habitações consideradas insalubres, onde viviam a classe trabalhadora, foram demolidas. As discussões em relação à saúde pública foram retomadas, após a febre amarela retornar a instigar o Rio novamente, no início da década de 1870. ‘

Neste debate foi aprovado o primeiro plano da urbanização da cidade, a comando da Comissão de Melhoramentos da cidade do Rio de Janeiro, presidida por Pereira Passos.

O quadro sanitário do Rio de Janeiro, se degradou ainda mais ao passar das décadas, com uma herança de uma capital com problemas na saúde pública, herança dada pelo Império à República. As constantes epidemias de febre amarela, varíola, malária e influenza, fizeram com que o índice de mortalidade aumentasse (Abreu,1987). As mortes deixaram uma marca no Rio de Janeiro, assustando os estrangeiros, dificultando o comércio externo do Brasil.

Reis (2018) descreve que ainda na gestão de Campos Sales presidente do Brasil período de 1898 a 1902, onde sua gestão foi marcada pela chamada "política dos governadores" que visava o apoio aos grupos dominantes que eram aliados ao governo federal. Em seu governo já

apresentava tentativas da união dos organismos sanitários para que pudessem solucionar as tamanhas enfermidades.

No governo de Rodrigues Alves (1902-1906) é nomeado um jovem médico seu conterrâneo paulista que tinha como objetivo supervisionar a reforma sanitária, conhecido como Oswaldo Gonçalves Cruz, onde assumiu a direção do Instituto Soroterápico Federal na Fazenda de Manguinhos, que posteriormente, foi intitulado Instituto Oswaldo Cruz.

Em março de 1903 o cargo de Diretor Geral de Saúde Pública é entregue a Oswaldo Cruz, onde apresenta uma proposta com o objetivo de eliminar a febre amarela em até três anos, além de se responsabilizar por combater a varíola e a peste bubônica. Oswaldo Cruz apoiou o regulamento da Diretoria Geral de Saúde Pública, publicado em janeiro de 1904 onde estabelecia medidas repressivas que viriam a tornar efetiva a notificação das doenças infecciosas.

Para a erradicação da febre amarela foi trabalhado instrumentos de coação e de convencimento da população baseadas em estratégias militares. afirma que os médicos, além do dever da medicina como: aplicar os soros e vacinas, tinham poderes como: multar e intimar os donos dos prédios insalubres, além de obrigá-los a reformar ou demoli-los.

Na tese de Reis (2018) pode se compreender que os principais motivos que originaram às manifestações da Revolta da Vacina foram a insatisfação em relação às medidas tomadas pelo poder público para embelezar a capital; a repressão à cultura negra e ao culto de alguns orixás como Omulu ou Obaluaiê. Na figura 3 pode-se visualizar que a cidade se parecia com uma praça de guerra com barricadas espalhadas, bondes e carroças revirados, troca de tiros e invasões.

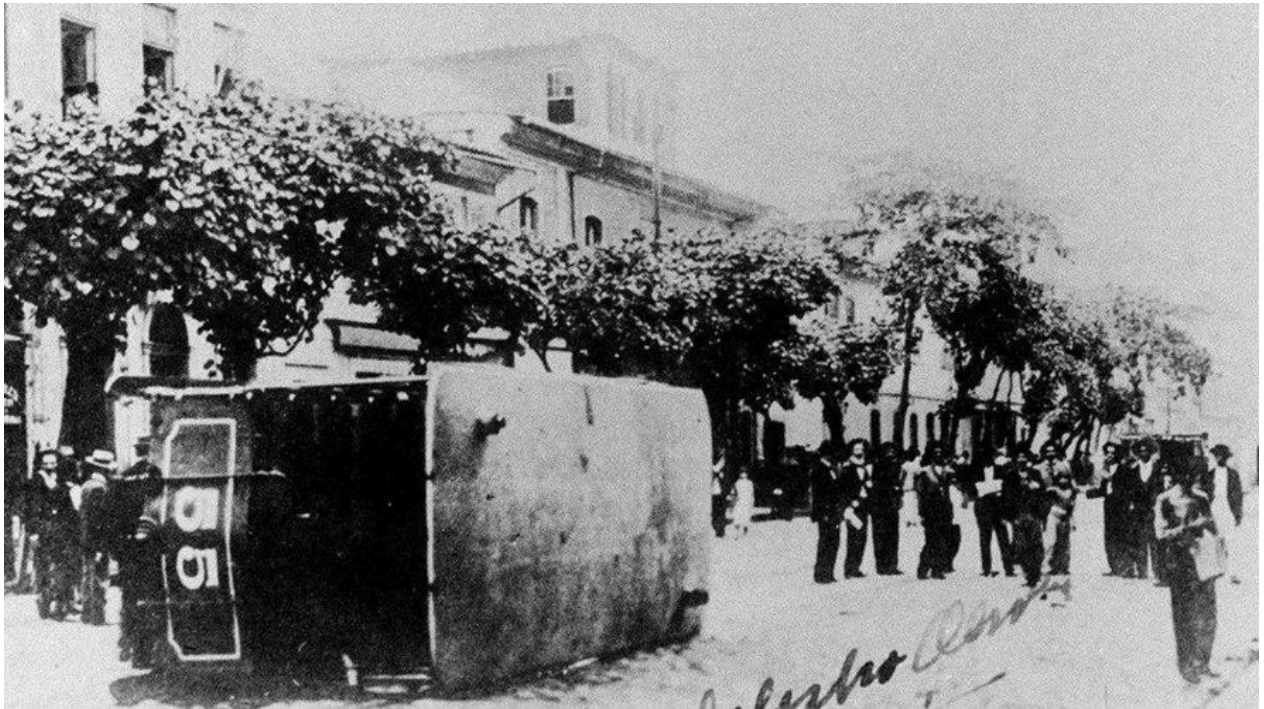


Figura 3: Bonde virado na Praça da República, no Rio de Janeiro, durante a Revolta da Vacina em novembro de 1904. Marasciulo, Marília. 2023. Disponível em:

<<https://revistagalileu.globo.com/sociedade/historia/noticia/2023/06/como-a-revolta-da-vacina-moldou-a-saude-publica-no-brasil.ghtml>>

Em 1902, no governo Rodrigues Alves, havia objetivos políticos muito claros de governar para as elites. Para isso, as reformas urbanas visavam a remodelação e o saneamento do Distrito, bem como a modernização de seu principal porto, onde se passavam os produtos importados pelo país.

Abreu (1985) afirma que as demolições dos inúmeros de cortiços não deixaram escolhas a população de baixa renda, precisando viver próximo a seus empregos, originando as favelas, por exemplo o Morro da Providência, que a partir de 1897, passou a ser habitado por militares de baixa hierarquia, que retornaram de Canudos. Declara ainda que o período Passos para a cidade do Rio de Janeiro, representava um modelo de superação das características de contradição de uma cidade colonial e escravista e o desenvolvimento de uma base totalmente capitalista.

Conforme diz Azevedo (2011) Francisco de Paula Rodrigues Alves, assumiu o cargo de Deputado Geral em 1885. Em novembro de 1902, assumiu o cargo de Presidente da República, onde decretou que haveria reformas urbanas no Distrito Federal (a cidade do Rio de Janeiro),

com o objetivo de “regenerar” a capital da época. As eleições para prefeito da cidade foram adiadas por 6 meses, para o Conselho Municipal, até que o presidente Rodrigues Alves indicou Francisco Pereira Passos ao cargo de prefeito do Distrito Federal.

A administração de Francisco Pereira Passos foi considerada a maior transformação já feita na região carioca. Essas transformações visavam resolver as características imperiais no processo de importação e exportação de mercadorias, onde não apresentava um porto moderno. Pereira Passos assumiu a prefeitura com o objetivo de organizar a cidade, podendo também demitir funcionários e suspender suas aposentadorias.

O prefeito chamou atenção no âmbito político, pois se encaixava no exemplo de prefeito que não hesitaria em seguir as orientações do governo Rodrigues Alves, que tinha como objetivo pôr fim a política desorganizada do Distrito Federal, que foi denunciada pela imprensa carioca

Na época, foi iniciada por Pereira Passos, um projeto, com o propósito de reforma urbana, conhecido como o “bota-abaixo”, que visava a remodelação do Distrito Federal. Durante a gestão do atual prefeito seus discursos e posições vigentes até o momento insinuaram o intuito da modificação do estilo de vida da população carioca, induzindo novos costumes e saberes, incluindo diversas restrições em relação ao comportamento da população quanto aos espaços públicos, foram proibidos o exercício de qualquer forma de comércio ambulante, a venda de bilhetes de loteria, a prática da medicina pública, atos de urinar fora de mictórios, de soltar fogos de artifício, a existência de cães soltos pela cidade e entre outros. Essas proibições tiveram como objetivo tornar a capital uma cidade moderna e civilizada, uma ação necessária para a introdução do Brasil, enquanto um país moderno, do novo século que se iniciava.

Era necessário reverter a ideia de uma cidade anti-higiênica e sim moldado e torná-lo um modelo do “novo Brasil” (Abreu, 1985). O autor afirma que o prefeito Pereira Passos em aproximadamente em julho de 1903, inaugurou sua primeira obra, o alargamento da rua do Sacramento, que receberia seu nome a partir de 1910 para a construção da ligação da Lapa com a Estácio, foram utilizados os materiais retirados da demolição do morro do Senado (Figura 4) e do morro do Santo Antônio (figura 5), onde diversas residências que acomodavam a população de baixa renda foi expulsa.



Figura 4: Vista do Morro do Senado antes de demolido. Georges Leuzinger/Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em: acervos.ims.com.br



Figura 5: Morro de Santo Antônio visto da praça Tiradentes. Augusto Malta/Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em: acervos.ims.com.br

Como dito anteriormente, Passos apresentava grande preocupação com a higiene e o saneamento da cidade, portanto deliberou que o Rio Carioca fosse canalizado e que parte da Lagoa Rodrigo de Freitas fosse saneada, ordenando que o lixo fosse transferido para a Ilha de Sapucaia. Inclusive, permanecendo no discurso de higiene e saneamento o prefeito proibiu a venda de produtos por ambulantes, arruinando a fonte de renda da maior parte da população.

Em fevereiro de 1903, uma lei municipal proibiu que os cortiços fossem remodelados. Em 1906, Passos ordenou que pusessem abaixo inúmeros cortiços e proibiu a ação de mendicância, conhecida atualmente, como ato de “mendigar”, um ato reproduzido por moradores em situação de rua.

A perseguição e identificação da classe trabalhadora e pobre como sinônimo de atraso e anti-higiene, se prolongou por muitas décadas enquanto uma ideologia vigente. Na década de 1920 surge o Plano Agache, que objetivava oficializar a separação de classes, entre ricos e pobres, além de erradicar as favelas. Essa separação de classes resultaria apenas se o Estado interviesse nas forças de trabalho, financiando seus custos. O Plano apresentava a ideia privilegiada de uma construção de habitações de baixo custo e de mínima infraestrutura. O Plano Agache acabou sendo cancelado após a Revolução de 1930.

Abreu (1987) menciona Carlos Sampaio, que assumiu a prefeitura do Rio de Janeiro, em junho de 1920. O objetivo de sua gestão era preparar a cidade para as comemorações do primeiro centenário da Independência do Brasil. Sua gestão foi marcada por ações que visavam o embelezamento da cidade, incluindo a demolição do Morro do Castelo (figura 6).



Figura 6: Demolição do Morro do Castelo. Autoria não identificada/Coleção Sebastião Lacerda/Acervo Instituto Moreira Salles. Disponível em: <<https://acervos.ims.com.br/portals/#/detailpage/104121> >

Mattos (2008) apresenta Everardo Backheuser, engenheiro, autor do artigo conhecido na época como “Onde moram os pobres”. Descreve que o engenheiro se mostrava espantado com as moradias das classes mais baixas. Contudo se via contra a derrubada das habitações coletivas na possibilidade de os mesmos ficarem sem residência fixa e tomava cuidado para não generalizar os moradores destas habitações coletivas, como sendo vadios. Por outra perspectiva, João do Rio, jornalista, em 1904 publicou na Gazeta de Notícias um texto narrando sua visita a uma residência coletiva na Rua da Misericórdia. Observa-se que o cronista, generaliza a população, ao descrever que a população, considerados “classe perigosa”, em suma são ladrões, assassinos, baderneiros, vagabundos, Romulo nos apresenta um trecho da fala de João do Rio:

[...]. O preconceito letrado contra os moradores das habitações coletivas aparecia no comentário de que tais pessoas viveriam ‘na mais repugnante promiscuidade’, sendo ‘impossível o cheiro de todo aquele entulho humano’ (grifo nosso). Nada mais que lixo, eis o que pareciam ser os moradores das moradias populares no entender de muitos intelectuais do período.” (Mattos, 2008, Pág.10-11)

Romulo Mattos (2008) cita em seu artigo o filósofo, Friedrich Engels que em conjunto com Karl Marx formula uma teoria que consiste na organização espacial que seguiria as necessidades da classe dominante. Refletindo sobre um período histórico mais recente, afirma que as favelas são uma “outra cidade”, utilizando o termo “cidade-partida”. Para Aline Almeida (2012) pode-se compreender que o termo é utilizado com uma ideia de separação de classes, uma cidade favela e uma cidade não favela.

Essa separação consiste em que a cidade não favela seja conhecida como bairro, seus habitantes sejam pessoas de bem e de classe alta, de uma boa estabilidade, já a favela seja conhecida como comunidade, seus habitantes sejam “favelados”, “bandidos”, e de classe baixa, que precisam lutar para ter como viver. Esse estereótipo e divisão é característica de uma sociedade do século XX.

Pode-se analisar neste primeiro capítulo a repetição de discursos, onde duas décadas após Pereira Passos ser eleito por indicação do presidente da época, Carlos Sampaio foi eleito da mesma forma. Ambos foram indicados pelo discurso de modernidade e limpeza. No próximo capítulo descreve-se um pouco destas remoções na região da Ilha do Pinheiro, localizada atualmente na comunidade da Maré.

4. CAPÍTULO 2: Além do mar: A Ilha do Pinheiro

Como dito no capítulo anterior, o Morro do Castelo, Santo Antônio e Senado foram demolidos, no início do século XX, sua matéria prima retirada foi utilizada para a extensão de muitas áreas, como lagos, mangues e praias, inclusive um destes lugares.

Na figura (7) é possível observar ilhas que na época, aproximadamente em 1913, ainda em seu estado de origem, as Ilha do Fundão, Ilha do Bom Jesus e Ilha da Sapucaia, são conhecidas atualmente como cidade universitária, uma só “ilha”, observa se igualmente a Ilha do Pinheiro, conhecida atualmente como Vila do Pinheiro, localizada no Complexo da Maré.

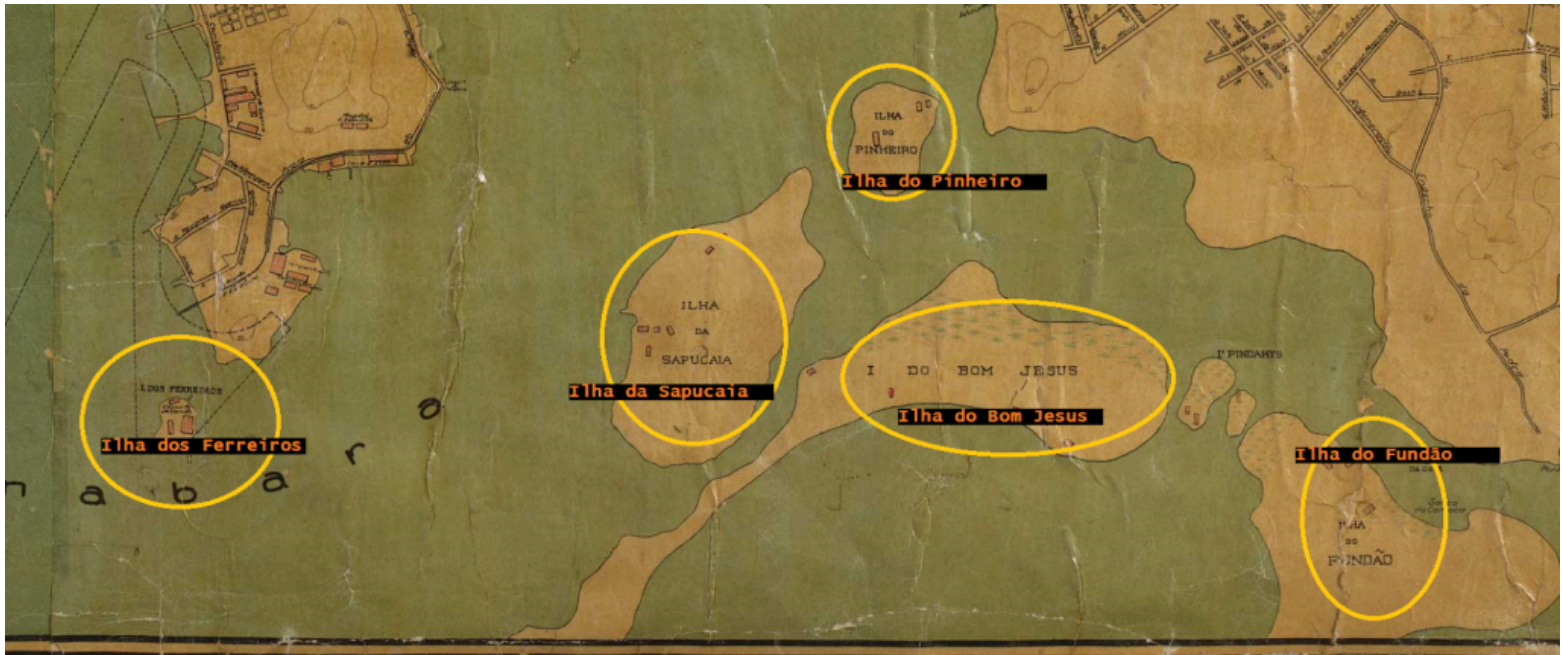


Figura 7: Planta da Cidade do Rio de Janeiro, 1913. Fundação Biblioteca Nacional. Rio Memórias. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/adeus-a-praia-de-inhauma%ef%bf%bc/>

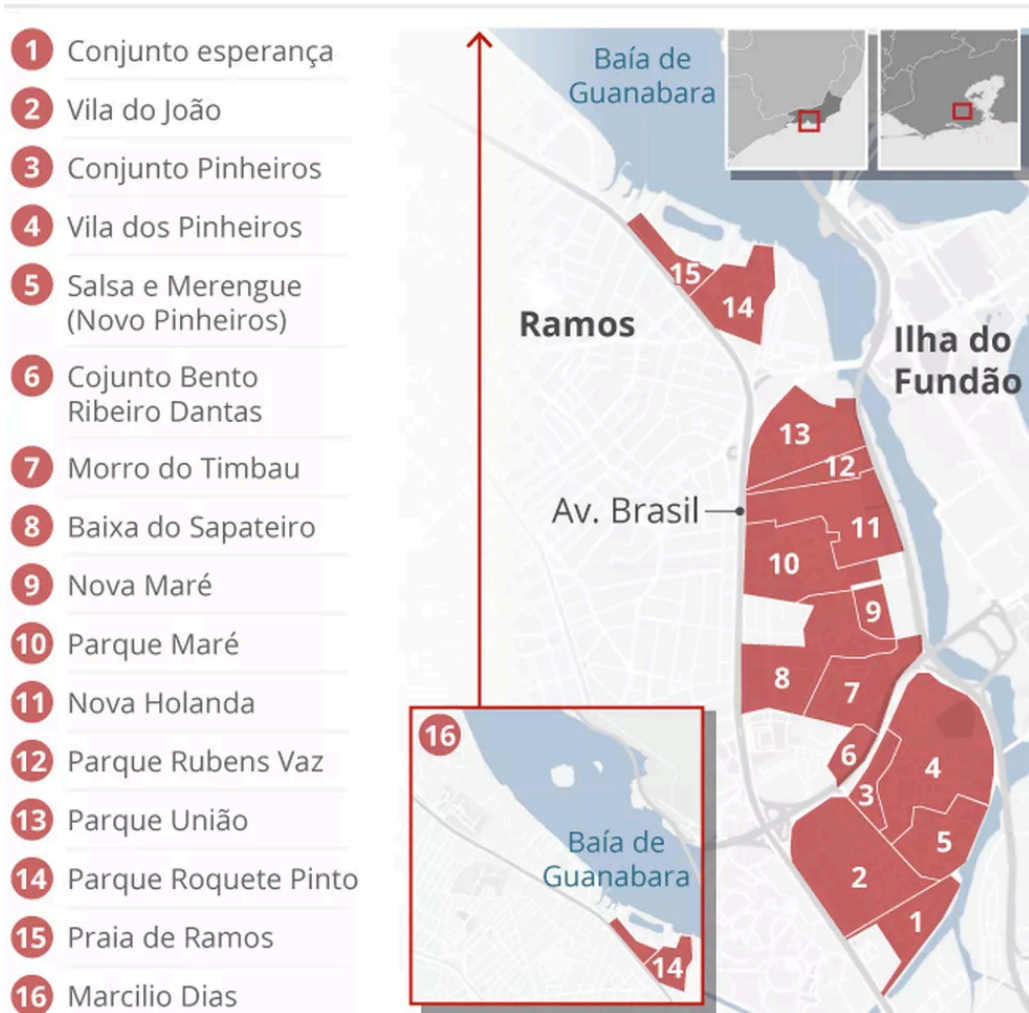
Antes de aprofundar, convém descrever sobre o Complexo da Maré, onde seu núcleo inicial era formado por seis comunidades: A mais antiga, Morro do Timbau (1940), Parque União, Baixa do Sapateiro, Rubens Vaz, Nova Holanda e Parque Maré.

Na figura 8 pode-se visualizar como o atual Complexo da Maré, assim denominado pela paisagem dominada pelos mangues e praias, está localizado na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. A comunidade é composta por 16 favelas. Segundo o Dicionário de Favelas Marielle

Franco, margeiam a Baía de Guanabara, se estendendo pela pista de subida da Avenida Brasil, desde a FIOCRUZ, passando pelo Aeroporto Internacional do Galeão - até o bairro da Penha.

Veja quais são as 16 favelas da Maré

Região tem 140 mil habitantes e apenas oito unidades de saúde



Fonte: Redes da Maré



Infográfico elaborado em: 20/08/2021

Figura 8: Mapa do Complexo da Maré, na Zona Norte do Rio — Foto: Kayan Albertin/Editoria de Arte G. G1.Santo, Thais. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/25/estudo-indica-riscos-de-ondas-de-calor-inundacoes-e-aumento-do-nivel-do-mar-em-favelas-da-mare-ate-2050.ghtml>

O Timbau, e Parque União e o Rubens Vaz são as mais consolidadas localidades da Maré. Considerava-se o Timbau, como uma pequena elevação no meio de uma planície, na época um manguezal. Com o tempo a ocupação foi descendo o morro, formando-se a Baixa do Sapateiro (1947) e o Parque Maré (1953). Uma particularidade é que este bairro surgiu pelos próprios moradores, que pediam para os caminhões de entulho que os despejassem seus materiais na costa da Baía de Guanabara, onde no mesmo ano 1953 já habitavam em palafitas e barracos.

Os bairros Parque União e Major Rubens Vaz foram resultados do impacto da construção da Avenida Brasil, inaugurado em 1946. (Souza, 2007)

Silva (2006) afirma que a Avenida Brasil surgiu como um primeiro desafio a conclusão do saneamento da baixada de Manguinhos. Na figura 9, observa-se como era a atual Avenida Brasil, vista pela região de Manguinhos em 1900, ainda como mar. Região que apresenta o Instituto Oswaldo Cruz, conhecido como Fiocruz.



Figura 9: Acervo Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz. Data: 1904. Autor: J. Pinto. “Vista de Manguinhos-no meio da vegetação a casinha em que foi instalado o segundo laboratório para organização do Instituto Soroterápico em 1900. Rio de Janeiro”.

A Ilha do Pinheiro, localizada atualmente no Complexo da Maré, foi designada por Oswaldo Cruz para ser centro da Estação de Hidrobiologia. Seu principal representante era o biólogo Lejeune de Oliveira, que a dirigia. Na década de 1930 o antigo Instituto Oswaldo Cruz (atual Fiocruz) procurava por um local onde fosse possível manter a liberdade total dos animais que seriam utilizados para a pesquisa de vacinas, entre eles a espécie de primatas não humanos, os macacos Rhesus. (Sedrez, 2001)

Na figura 10 pode-se detalhar em imagem a antiga Ilha do Pinheiro, observando sua “verdadeira” biota, além de analisar como peculiaridade os animais trabalhados pela Instituição Oswaldo Cruz.



Figura 10: Reportagem sobre macacos na Ilha dos Pinheiros. Fonte A Noite Ilustrada(Suplemento) 12/06/1945 p. 24 e 25. Fundação Biblioteca Nacional. Rio Memórias. Disponível em: riomemorias.com.br/memoria/ilha-do-pinheiro

Com o término da construção da Estação em 1939, se iniciaram também as pesquisas coletando material da fauna da Ilha do Pinheiro, caranguejos, cavalos-marinhos, peixes e água-viva. Em 1932 Carlos Chagas introduziu os primatas não humanos, macacos.

O bioma que a Ilha do Pinheiro pertencia, viria a se tornar uma ilha artificial. Inicialmente seria em conjunto à Ilha do Fundão, todavia evitaram a incorporação da ilha nos terrenos da Cidade Universitária. Embora a ilha não tenha se tornado uma junção com as outras, não escapou ileso. Na época Lejeune já se preocupava em relação ao futuro da Estação, pois era possível observar a poluição marinha, ocasionada pelo derramamento do esgoto. A alteração pelos aterros não permitia suficiente diluição das águas sujas no mar, como dito no capítulo anterior, o despejo dos lixos na Ilha de Sapucaia acarretaram nesta poluição.

Sedrez (2001) descreve que na década de 1960, a transformação na Ilha do Pinheiro já estava completa. Considera que com o tempo se transformara um dos pontos mais poluídos da Baía de Guanabara.

O Projeto Rio datado de 1960 com o objetivo de aterrar a enseada de Inhaúma, urbanizando as favelas e erradicando os manguezais na área, extinguiu a Ilha do Pinheiro sendo a última a desaparecer em 1979 a 1983, sendo intitulada Vila Pinheiro em 1989. A Maré foi intitulada como bairro em 1994. (Sedrez, 2001)

Passados quase 20 anos de sua intitulação, em 2013 na Copa das Confederações, as Forças Nacionais, o Bope e o Choque invadiram os bairros da Maré com o objetivo de “controlar” essa população devido a circulação de turistas no centro da cidade. Os moradores da Maré, ao fazerem um protesto à beira da Avenida Brasil, enquanto havia outro protesto no centro da cidade, porém sabe-se que não são tratados da mesma forma, durante a madrugada, do dia 24 para o dia 25 de junho, no protesto na Maré, houve 13 pessoas mortas. (Martins, 2018)

No ano seguinte, aproximadamente em junho de 2014 a comunidade foi novamente invadida por militares, que de acordo com um artigo feito por Elaine Silva (2017) as forças armadas chegaram com tanques, com o objetivo de preparar o “território” para a implementação da Unidade de Polícia Pacificadora, denominada “Operação São Francisco”. Não houve a implementação da unidade de polícia, e os moradores da Maré tiveram que conviver com soldados armados circulando pelas ruas, revistas e tiroteios constantes, esta invasão teve por duração um ano e cinco meses. Martins (2018) aponta que durante a presença do exército na Maré, o governo fez um alto investimento na área militar, que este foi destinado para controle

interno. Enquanto a copa alegrava a população, os moradores da Maré enfrentavam assassinatos, estupro, tiroteios, toques de recolher, muitos confessam terem tido suas residências invadidas.

Na figura 11, expõe em porcentagens as consequências e ações da invasão de 2014. Além de demonstrar ações a qual os moradores passaram e analisar as formas utilizadas para oprimir e censurar a população da comunidade da Maré.

Dados sobre a intervenção Maré 2014



Figura 11: Fonte: relatório “A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré” realizado pela Redes da Maré em 2017. Cesec. Disponível em: <https://cesecseguranca.com.br/participacao/mare-um-laboratorio-para-o-rio-a-ocupacao-militar-na-mare-2014-e-a-intervencao-federal-2018/> >

Como dito anteriormente a Ilha do Pinheiro, aterrada em 1979, sendo nomeada Vila do Pinheiro em 1989. A parte ecológica da ilha que permaneceu intacta, no ano 2000, se tornou um parque ecológico, denominado como Parque Municipal Ecológico da Vila dos Pinheiros, considerado o pulmão da Maré. Duas décadas depois, recebeu foi feito um projeto de lei onde renomeou o nome do parque para, Parque Municipal Ecológico Cadu Barcellos, em homenagem a um morador mareense que nasceu e viveu na Vila do Pinheiro, próximo ao Parque Ecológico. Barcellos foi um cineasta que foi morto após um assalto no centro do Rio em novembro de 2020.

Na figura 12 pretende-se demonstrar como é o atual Parque Ecológico da Maré, parte da Ilha do Pinheiro, o ambiente a qual funcionava a Estação de Hidrobiologia, que pertencia a Instituição Oswaldo Cruz.

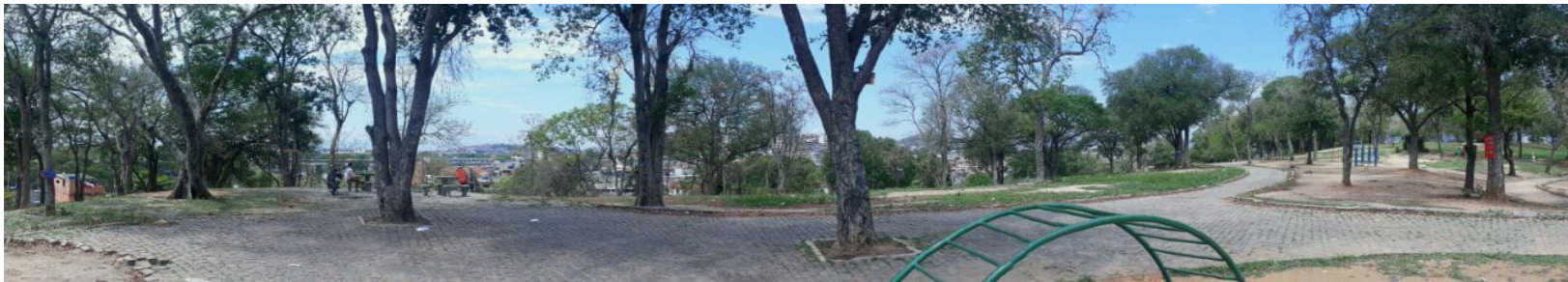


Figura 12: Parque Ecológico da Maré. Rio de Janeiro, 14 de janeiro de 2018. Facebook: Parque Ecológico da Maré. Disponível em: <<https://www.facebook.com/ArenadaMata>>

“Quando recebi a confirmação da homenagem senti um misto de sentimento, primeiro de perda e depois de orgulho. Ele tinha 34 anos e roubaram sua vida, mas meu filho deixou um legado. Mesmo com muita saudades e dor, tenho muito orgulho de saber que o Parque Ecológico vai levar o nome do meu filho, pois ele merecia essa homenagem por tudo que representa”. O cineasta já era um visitante do local na infância. “O Parque Ecológico faz parte da minha vida, pois levava minha filha Letícia e colocava uma canga no chão. Já o Cadu levava a bicicleta. Era um lugar familiar, onde se fazia piquenique, tinha churrasqueira, era nossa Quinta da Boa Vista. Acredito que o Parque Ecológico precisa de uma revitalização. É um lugar de lazer, cultura e lazer, especialmente para os jovens. Falei com a vereadora Tainá de Paula que aceitava a homenagem ao meu filho, pois ele era um mareense e gostava do território. Em todos os lugares que chegava falava com orgulho da Maré. Só defendo que como o local era uma ilha onde a Fiocruz fazia estudos com macacos, acho que agora a instituição deveria retribuir com ajuda na revitalização”. Fala de Neilde Barcellos, mãe de Cadu Barcellos. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/parque-ecologico-da-vila-dos-pinheiros-mobiliza-juventude-e-recebe-nome-de-morador/>>

Para descrever as repressões que afetam até a atualidade, observa-se na página online, Maré de notícias (mareonline, 2024), um artigo descrevendo sobre a 37ª operação do ano de 2024 ocorrida no dia 3 de setembro no Complexo da Maré, foi relatado a presença de policiais a pé e de carros blindados no Morro do Timbau, Vila dos Pinheiros e Vila do João, moradores afirmam que os disparos se intensificaram por volta das 14h. Nesta operação houveram 10 mortos.

“[...]É covardia em tudo quanto é lugar na Maré, de ponta a ponta, pô. Não tem essa vde que é morador do lado a, lado b ou c. Não, pô! É covardia com *nós tudo*, nós somos um só, nós somos a Maré, mano. Passei [quase] 15 dias de covardia aqui, pô. Todo dia, todo dia aqui” Fala de morador do Complexo da Maré. Disponível em: <<https://mareonline.com.br/37a-operacao-na-mare-deixa-ao-menos-tres-mortos/>>

Observa-se a fala de um morador da comunidade onde expressa o cansaço por ter enfrentado duas semanas em que ocorreram 13 operações sucessivas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concluindo, “Quais foram os principais impactos socioambientais causados pelos aspectos históricos do processo de aterramento na Ilha do Pinheiro?”

Analisa-se que com as remoções e proibições no centro da cidade deixaram a população de baixa renda sem escolha para onde ir, sendo obrigados a se instalarem em encostas de morros e na costa da Baía de Guanabara originando por exemplo, o Complexo da Maré. Foi possível compreender que os discursos da época, a partir da década de 1880, tinham como objetivo limpeza e urbanização da cidade.

Outro exemplo mais recente é o chamado Porto Maravilha. Seu projeto foi lançado em 2009, uma das principais críticas foi que o objetivo do projeto não visava a acessibilidade e o direito para a população da região. Considerado uma amostra do embranquecimento histórico no Brasil e nas ações que invisibilizam a população de baixa renda, mais uma vez a história se repetiu, diversas casas foram demolidas, expulsando diversas famílias.

Estas ações podem ser vistas atualmente, por um levantamento da frase de Karl Marx: “A história se repete, a primeira vez como tragédia e a segunda como farsa.” (Engelmann, MST, 2021)

Examina-se que a repetição de discursos que infligiram décadas, porém atualmente compreende-se que são farsas. Desculpas para esconder a reprodução do racismo estrutural, descrevendo qual local é o ideal para determinada população. A classe trabalhadora, em sua maioria negros, descendentes de ex escravizados nas áreas periféricas da cidade, precisando pegar transportes em condições lamentáveis, recebendo o mínimo para sobrevivência, enfrentando preconceito por cor de pele e renda, enquanto a classe alta desfruta de seus privilégios nas áreas de fácil acesso ao trabalho. (Abreu, 1987)

É possível incorporar essas ações governamentais e suas consequências as quais foram analisadas ao longo deste projeto, no conceito de gentrificação, que segundo Ribeiro (2018) o conceito visa a transformação das áreas urbanas, enriquecendo o espaço, dando origem à segregação socioespacial na cidade. Sendo possível observar por exemplo na demolição do morro do Castelo no período de 1920, onde diversos trabalhadores ficaram sem moradia. Com o tempo, o espaço onde era localizado o morro deu lugar a prédios e comércios, tendo em vista um alto custo, não havendo a possibilidade da classe trabalhadora custear o espaço.

Como peculiaridade no dia 12 de junho do ano de 2024, dia a qual foi a qualificação do projeto da autora, ocorreu uma operação da polícia militar no Complexo da Maré, que ocasionou na morte de 5 pessoas, entre eles 1 PM do Bope, durante a operação outro PM foi atingido e levado para o hospital. Em protesto foi incendiado um ônibus na Avenida Brasil, na altura da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Após as ações, a Fundação iniciou o plano de contingência, onde cancelou as atividades e por motivo de segurança não permitiu que os funcionários e colaboradores da instituição não saíssem das dependências até que fosse seguro.

REFERÊNCIAS

ABREU, Maurício de Almeida. *Evolução Urbana do Rio de Janeiro*. 2º Edição. ed. Rio de Janeiro: [s. n.], 1987.

ALMEIDA, Aline Gama de. *Cidade Maravilhosa e Cidade Partida: notas sobre a manipulação de uma cidade deteriorada*. Orientador: Alberto Lopes Najar. 2012. Tese (Doutoranda em Ciências Sociais) - Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, Campinas, 2012.

BOECKEL, Cristina *et al.* Cinco morrem e 23 são presos em operação da PM na Maré; em represália, tráfico fecha 3 vias expressas. *g1 Rio e TV Globo*, Rio de Janeiro, p. 1, 11 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/serie-p-residentes-da-republica-campos-salles. Acesso em: 20 out. 2024.

ENGELMANN, Solange. Aniversário de Karl Marx: 7 frases para refletir. *MST*, [S. l.], p. 1, 5 maio de 2021. Disponível em: <https://mst.org.br/2021/05/05/aniversario-de-karl-marx-7-frases-para-refletir/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

EUCLIDES, Hélio; MOURA, Daniele. Parque Ecológico da Vila dos Pinheiros mobiliza juventude e recebe nome de morador. *Maré de Notícias*, Rio de Janeiro, p. 1, 17 maio de 2022. Disponível em: <https://mareonline.com.br/parque-ecologico-da-vila-dos-pinheiros-mobiliza-juventude-e-recebe-nome-de-morador/>. Acesso em: 16 nov. 2024.

MARTINS, Gizele de Oliveira. *Militarização da vida e censura da Comunicação Comunitária: a luta por liberdade de expressão no conjunto de favelas da Maré*. Orientador: Mauro Henrique de Barros Amoroso. 2018. Tese (Pós-Graduação em Educação, Cultura e Comunicação em Periferias Urbanas) - Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Duque de Caxias. 2018

MATTOS, Romulo Costa. *PELOS POBRES! As campanhas pela construção de habitações populares e o discurso sobre as favelas na Primeira República*. Orientador: Gladys Sabina Ribeiro. 2008. Tese (Pós- Graduação em História) - Universidade Federal Fluminense, Departamento de História., Niterói, 2008.

NACIONAL, Arquivo. Série Presidentes da República: Campos Salles. *Arquivo Nacional*, [S. l.], p. 1, 29 jan. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br/canais_atendimento/imprensa/copy_of_noticias/serie-p-residentes-da-republica-campos-salles. Acesso em: 20 dez. 2024.

NELSON, Tara. ‘Porto Maravilha’, O Maior Projeto de Revitalização Urbana do Rio, 10 Anos Depois. *Rioonwatch*, [s. l.], p. 1, 23 dez. 2019. Disponível em: <https://rioonwatch.org.br/?p=44800>. Acesso em: 16 nov. 2024.

ONLINE, Mare. Três mortes, agressão e invasão de domicílio marcam 37ª Operação na Maré. Rio de Janeiro. Maré de Notícias, Rio de Janeiro, p. 1, 3 set. 2024. Disponível em: <https://mareonline.com.br/37a-operacao-na-mare-deixa-ao-menos-tres-mortos/>. Acesso em: 16 nov. 2024

PAULINO, Silvia Campos. Vadiagem e as Novas Formas de Controle da População Negra Pós-Abolição. Orientador: Rosane Oliveira. 2019. Tese (Mestrado em Humanidades, culturas e artes) - Universidade do Grande Rio, Rio de Janeiro, 2020.

REIS, Renata. A “GRANDE FAMÍLIA” DO INSTITUTO OSWALDO CRUZ: a contribuição dos trabalhadores auxiliares dos cientistas no início do século XX. Orientador: Profa. Dra. Maria Ciavatta. 2018. Tese (Pós- Graduação em Educação) - Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

RIBEIRO, Tarcyla Fidalgo. GENTRIFICAÇÃO: ASPECTOS CONCEITUAIS E PRÁTICOS DE SUA VERIFICAÇÃO NO BRASIL. 2017. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, 2018.

SEDREZ, Lise. A Estação Hidrobiológica da Ilha do Pinheiro: um encontro de história ambiental e história da ciência na Baía de Guanabara. [S. l.: s. n.], 2001.

SILVA, Eliana Sousa. A ocupação da Maré pelo Exército brasileiro: percepção de moradores sobre a ocupação das Forças Armadas na Maré / Eliana Sousa Silva. — Rio de Janeiro : Redes da Maré, 2017.

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. Complexo da Maré. *In*: Dicionário de Favelas : Marielle Franco. Rio de Janeiro, 27 jan. 2025. Disponível em: https://wikifavelas.com.br/index.php/Complexo_da_Mar%C3%A9. Acesso em: 20 dez. 2024

SILVA, Cláudia Rose Ribeiro da. MARÉ: A INVENÇÃO DE UM BAIRRO. Orientador: PROF. CARLOS EDUARDO SARMENTO. 2006. Tese (PÓS GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA POLÍTICA E BENS CULTURAIS. MESTRADO PROFISSIONALIZANTE EM BENS CULTURAIS E PROJETOS SOCIAIS) - FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS, Rio de Janeiro, 2006

SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, XVI., 2019, Rio de Janeiro. Remoções no Rio de Janeiro do Século XIX e o Processo de Segregação Socioespacial [...]. Rio de Janeiro: Patricia Oliveira, 2019.

SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, XXVI., 2011, São Paulo. A Reforma urbana do Rio de Janeiro pelo Presidente Rodrigues Alves: o progresso como forma de legitimação política [...]. [S. l.]: André de Azevedo, 2011

SOUZA, Maria Julieta Nunes de. APONTAMENTOS SOBRE A MARÉ: uma compreensão. 1. ed. [S. l.: s. n.], 2007. v. 9.